

ELES QUEREM DESTRUIR OS SERVIÇOS PÚBLICOS!



O projeto de reforma administrativa é a pior ofensiva já realizada contra o serviço público no Brasil. No RS, Leite ameaça castigar o povo com a PEC do Teto de Gastos. Só a luta unificada é capaz de barrar essa destruição (pág. 6 e 7)

PCCS



A categoria se aproxima da concretização de uma luta histórica

Pág 02

Desafios da pandemia



O coronavírus transformou a realidade dos trabalhadores e a luta sindical

Pág 04

Ampliação da democracia sindical



Sindjus estabelece coletivos temáticos e grupos de trabalho para fortalecer a luta dos servidores

Pág 09

EDITORIAL

Chegamos ao fim de um ano extremamente difícil para o mundo. Um ano marcado por uma pandemia de um vírus que abalou a humanidade, levando milhões de vidas e ainda sem solução certa. Enquanto aguardamos a tão esperada vacina contra a Covid-19 e nos resguardamos pela preservação das vidas, refletimos sobre as novas formas de viver e de agir que a pandemia impôs. Esta conjuntura delicada exigiu de todos nós resiliência e desenvoltura para dar conta dos novos desafios e adaptar a realidade em nossa rotina pessoal e profissional.

Foram meses de negociações e debates para adequar o plano às necessidades dos trabalhadores. Apesar de não conseguirmos avançar em todos os temas, garantimos a possibilidade de ajustar o plano regularmente para contemplar mais demandas conforme a possibilidade. Realizamos uma grande e histórica assembleia virtual com mais de 1.200 participantes para deliberar sobre o PCCS.

Realizamos dezenas de encontros virtuais com servidores de todo o estado, sobre vários temas.

Retomamos e criamos coletivos temáticos para ampliar a diversidade e a democracia no âmbito do sindicato. Estabelecemos Grupos de Trabalho com autonomia para servidores de diferentes cargos aprofundarem as discussões sobre as especificidades de suas funções. Enfrentamos o retorno às atividades presenciais com campanhas e uma atuação ativa junto ao Tribunal, assim como visitamos as comarcas para fiscalizar o cumprimento dos protocolos de segurança.

Atuamos de maneira conjunta com frentes e entidades do funcionalismo contra a reforma administrativa do governo federal, que pretende acabar com o serviço público no país. Participamos ativamente das mobilizações contra a proposta e ampliamos o debate sobre o tema com a categoria para fortalecer a luta. No RS, enfrentamos o governo Leite, que ameaça a população com uma



No trabalho sindical, foi preciso reinventar a forma de fazer a luta e o diálogo com a base, sem retroceder nenhum passo em nossas pautas. Com todas as dificuldades do período, conseguimos avançar na construção do plano de carreira, e estamos mais próximos do que nunca da concretização dessa reivindicação histórica dos servidores da Justiça do RS.

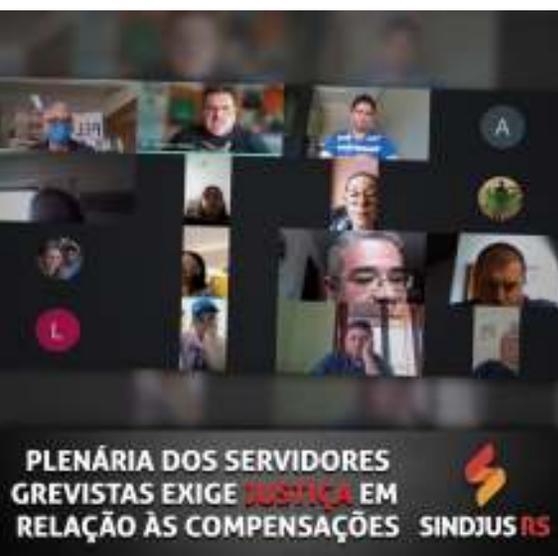


Visita de inspeção do REGAP

Com todas as dificuldades de sempre e as que se impuseram pela peculiaridade do momento, buscamos maneiras de intensificar o trabalho sindical orientado pela construção coletiva, democrática e plural em todas as nossas lutas.

PEC que prevê congelamento dos investimentos públicos por dez anos, além de uma nova leva de privatizações e concessões. Ao mesmo tempo, cedendo às pressões do empresariado, o governo força o retorno precoce às aulas na rede pública, sem oferecer condições mínimas de segurança para a comunidade escolar.

Para o próximo ano, os desafios serão imensos e a pandemia não dá sinais de enfraquecimento. Por isso, é fundamental que permaneçamos unidos e preparados para o combate, em todas as frentes. Mais do que nunca, contamos com a força de todos e todas. Só a luta muda a vida!



LUTAR É PRECISO - JORNAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO RS

EXPEDIENTE

Conselho Editorial: Juliana Campani (MTB 15.501), Joice Proença (MTB 16.383) e Emanuel Dall'Bello dos Santos (Diretor de Imprensa e Divulgação)

Projeto Gráfico e Diagramação: Grupo REC Tiragem: 5.000 exemplares

DIRETORIA EXECUTIVA:

Coordenador-Geral: Fabiano Marranghello Zalazar | Secretaria Geral: Valter Assis Macedo, Janete Togni

Secretaria de Finanças e Patrimônio: Joseane Hans Bronizaki, Maria Rosa Junges

Secretaria de Política e Formação Sindical: Marco Aurélio Velleda, Márcia Ferro Amaro

Secretaria de Imprensa e Divulgação: Jesner Pias Borges, Emanuel Dall'Bello dos Santos

Secretaria de Relações de Trabalho e Assuntos Jurídicos: Osvaldir Rodrigues da Silva, Valdir Bueira da Silva



A luta pelo Plano de Carreira no Judiciário gaúcho

A conquista de um plano de carreira é uma das pautas mais caras de toda categoria. No contexto das relações de trabalho, dentro e fora do serviço público, a conquista da carreira é, juntamente com uma política de valorização salarial, um marco na luta das categorias. Em especial no serviço público, onde as relações de negociação coletiva não possuem amparo em regulamentações como as que ainda resistem na CLT, mesmo após os ataques e perdas de direitos resultantes da reforma trabalhista.

As relações de adesão unilateral que regem a entrada de indivíduos no serviço público deveriam encontrar na negociação coletiva do setor público como contrapartida e amparo às suas pautas e demandas por melhorias nas condições e relações de trabalho, valorização dos cargos e dos salários. No entanto, a inexistência do direito à negociação coletiva no serviço público remete todo processo de negociação entre as administrações e servidores a um verdadeiro cabo de guerra, onde a correlação de força determinará quem será o ganhador do round. Em geral os servidores possuem menos chances e precisam de fortes elementos conjunturais para impor derrotas significativas aos representantes do Poder. Neste sentido, cabe às representações sindicais fazerem a diferença na condução de conquistas das melhorias ou barrando derrotas em suas pautas.

A condução de um processo negocial tão importante quanto a luta pela carreira pode passar por estágios muitas vezes longos e de poucos avanços, mas sempre será o horizonte estratégico de toda categoria. Dito isso, a conquista de um plano de carreira pelos servidores do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul a partir de um esforço combinado da mobilização e luta da categoria e a atuação qualificada e cirúrgica da direção do Sindjus/RS deve ser considerada como um marco sem igual na luta da categoria. Existirá um antes e um depois nos processos organizativos das relações de trabalho que a carreira estrutura. Esse novo patamar nas relações de trabalho e de carreira dos servidores somente foi possível pela combinação da unidade entre as representações sindicais e sua base.

Acompanho a luta pela carreira dos servidores do TJRS desde 2011 e pude compartilhar com imensa felicidade toda a negociação, que atipicamente se deu dentro de um processo de pandemia, onde a mobilização e o poder de pressão da categoria foram significativamente atingidos. Neste sentido, a atuação técnica e política do Sindjus, de forma extremamente qualificada, serena e assertiva em suas intervenções e propostas, possibilitou a transformação de uma proposta inicialmente inadequada e excludente numa minuta de projeto de carreira, que se não contém 100% dos anseios da categoria, aproxima-se muito rapidamente dessa possibilidade, abrindo a janela para a revisão geral do plano para buscar o que lhe falta.

“É necessário avaliar o poder dessa conquista dentro de um cenário de profundas restrições econômicas, ataques aos direitos dos servidores públicos, além de uma política nacional de desmonte dos serviços públicos como parte da agenda prioritária do governo federal que atinge todas as esferas de poder.”

Cabe aqui reverenciar e afirmar o papel decisivo de uma direção sindical que faz ressoar nas suas ações os anseios, desejos e necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras que representa.

Foram dias de dedicação incansáveis, de busca de alternativas técnicas, jurídicas e políticas, de forma coletiva, sempre pensando numa Carreira Para Todos, onde cada passo, cada avanço, contava. Cada empecilho nos ensinava novas rotas, a tenacidade desta direção e a capacidade de escuta foram fundamentais para orientar o trabalho das assessorias. Ver nascer o projeto de carreira que, se ainda não traduz o horizonte estratégico que buscamos, abriu portas e janelas para que a categoria possa avançar rumo a conquistas perenes.

Por fim, construir uma carreira é como construir uma casa, tijolo por tijolo, pensar em suas diversas áreas, no acesso e na mobilidade, valorizar todas as suas funcionalidades e investir na sua manutenção para que seja perene. Com a carreira e seus cargos acontece o mesmo, e para que isso seja possível, cimentamos com compromisso e luta, atenção às mudanças nos processos de trabalho, incorporação de tecnologias, prioritariamente com a visão do indivíduo sobre a máquina, do trabalho digno sobre a meta abusiva, em que servidores e servidoras comprometidos com a qualidade na entrega dos serviços dedicados à prestação jurisdicional, fazem a diferença frente à população.

O Sindjus/RS é esse servidor e essa servidora, que na qualidade de agentes transformadores da realidade, levam justiça social e realização de direitos à população. O Sindjus/RS é esse guardião de direitos, que empunha bandeira das conquistas, de cada servidor e servidora que merece ter os seus direitos expressos numa Lei. Essa é a segunda etapa do desafio, aprovar na Assembleia Legislativa o fruto dessa luta. E para isso, não tenho dúvidas, a direção do Sindjus saberá conduzir mais essa etapa de luta como já tem feito ao longo de todas as lutas.

Vera Miranda
Assessoria Técnica em
Plano de Carreira



FIQUE ATENTO!
PEC Teto de Gastos
Desafios futuros para
aprovação do PCCS

Já no final do ano, em pleno avanço da pandemia no RS, o Governo Leite desferiu mais um ataque sobre o funcionalismo público do estado ao apresentar Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estabelece o Teto de Gastos estaduais e estende o congelamento de investimentos públicos para os três poderes e órgãos autônomos. Se aprovada, impossibilita a consolidação das iniciativas de valorização e carreira dos servidores.

Sob o pretexto de promover a “disciplina fiscal”, o Executivo mira novamente os trabalhadores e trabalhadoras e silencia sobre medidas efetivas de justiça fiscal, como a revisão de isenções milionárias e o combate a grandes sonegações. Na esteira dessa iniciativa, Leite prossegue com seu plano de privatizações e concessões, fiel à cartilha neoliberal dos governos que o antecederam.

Junto às entidades que integram a Frente dos Servidores Públicos do RS (FSP), o Sindjus atua para enfrentar o tema por meio de campanhas para alertar a sociedade e em articulação com parlamentares de todas as bancadas pela rejeição da matéria.



DESAFIOS IMPOSTOS PELA PANDEMIA



Risco diário

Para os trabalhadores que seguiram em atendimento no sistema de urgência e plantões, além da carga de trabalho, o estresse causado pela apreensão em função do risco de contágio foi um fator agravante no contexto da pandemia. Com o afrouxamento do sistema estadual de monitoramento de risco, a retomada das atividades presenciais exigiu adaptações nos locais de trabalho e intensificação de medidas de segurança.

tendo a descida, a pessoa está estressada, irritada, nervosa, trabalhando muito, com insônia, e ao mesmo tempo tem as exigências. Aí chega em uma situação de colapso nervoso ou esgotamento", relata o psicólogo Arthur Lobato.

Na linha de frente do Judiciário e na função que expõe ao maior risco, os Oficiais de Justiça também precisaram adequar suas demandas à nova realidade do distanciamento social. Os equipamentos de proteção individual (EPI) passaram a fazer parte das ferramentas de trabalho desses servidores, que precisam estar em movimento e em maior contato com a população.

Além de tudo, o retorno precipitado e sem a garantia de cumprimento dos protocolos de segurança também pode ser um gatilho para o estresse. "Na pandemia, essa curva não está

O coronavírus transformou a realidade dos trabalhadores e a luta sindical

Com a explosão da pandemia do coronavírus, a necessidade de distanciamento social para conter o avanço da doença exigiu uma série de mudanças no comportamento social e inclusive na forma de trabalhar. O regime de trabalho remoto foi adotado por diversos segmentos, a fim de diminuir a circulação de pessoas nas cidades. No serviço público brasileiro, em especial no Poder Judiciário, a medida mudou radicalmente a rotina de milhares de trabalhadores. Na adaptação para o trabalho em casa, servidores e servidoras passaram a enfrentar novos desafios.

horas da manhã", exemplifica, citando casos que atendeu.

Nesse mesmo aspecto, Lobato cita a importância do direito à desconexão ser pautado dentro das reivindicações da luta dos trabalhadores: "Você tem que ter o direito de desligar o seu telefone. Porque é isso: toda hora tocando e não para. Só que parece que a sociedade e a própria organização do trabalho não querem isso", aponta o psicólogo, defendendo que o trabalhador não é obrigado a estar acessível fora da jornada de trabalho.

Lobato frisa que é fundamental períodos de pausa e o intervalo, além do chamado "fator recompensa", que pode ser representado por retorno financeiro, e folgas associadas a momentos de lazer. No caso dos servidores da Justiça gaúcha que fizeram greve em 2019, as duas questões estão prejudicadas, pois há uma vedação aos grevistas perceberem pela participação nas forças-tarefas, e também a restrição aos momentos de lazer, já que muitas atividades estão impedidas pela necessidade de distanciamento causada pela pandemia.

Na avaliação do psicólogo e especialista em saúde do trabalhador, Arthur Lobato, uma das questões que impactou a saúde mental foi a mistura entre os conceitos, já que quando o servidor solicita a adesão ao teletrabalho passa a desenvolver as atividades por produtividade. "Quem foi trabalhar em casa deveria estar trabalhando por produção ou tendo a jornada respeitada. Mas era chefe mandando mensagem, juiz demandando assessor às 2



Atuação em defesa da categoria

Desde o início da pandemia no estado, o Sindjus tem atuado junto ao TJRS a fim de garantir as condições de trabalho com segurança aos servidores do Judiciário gaúcho e suas famílias. Atenta ao agravamento da situação, a direção do sindicato estabeleceu um canal direto com os servidores para receber denúncias e relatos de irregularidades.

Para fazer denúncias sobre irregularidades no cumprimento dos protocolos envie um e-mail com o relato para contato@sindjus.com.br

"Houve casos de incompatibilidade entre os protocolos de funcionamento adotados nas unidades e a classificação de risco das localidades (conforme estabelecido pelo governo do Estado)", pontuou o secretário-geral do Sindjus, Valter Macedo.

Em diversas situações, conforme denúncias recebidas pelo Sindjus/RS, faltou também transparência sobre os casos confirmados entre servidores e magistrados, o que elevou a exposição ao risco. Na comarca de Rio Grande, o Judiciário seguiu em funcionamento mesmo quando a Prefeitura decretou a bandeira preta (risco altíssimo) conforme o sistema de gestão compartilhada. Um servidor da comarca, Adilson Farias, contraiu o vírus e acabou falecendo em setembro.

categoria com a iminência do retorno ao trabalho presencial, solicitando em diversas oportunidades a prorrogação do regime especial.

Ao anúncio por parte do TJRS da retomada do trabalho presencial precocemente, o Sindjus lançou uma campanha de mobilização contra a medida, utilizando a hashtag #EstamosTodosEmRisco em peças visuais para outdoor, faixas em fóruns e cartórios e material digital para redes sociais, além de ocupar espaços da imprensa local para denunciar os riscos da decisão.

Além disso, foram realizadas pelo sindicato diversas visitas de inspeção a comarcas do estado para averiguar a correta aplicação do disposto na Resolução nº 322 do CNJ, verificar as condições de segurança no trabalho e atender a denúncias de irregularidades. Em muitos casos, as medidas de distanciamento e lotação máxima não foram devidamente atendidas e o Sindjus tem alertado e cobrado da Administração do TJRS uma postura mais ativa e maior rigor no cumprimento das ações necessárias.



A fim de dar visibilidade e destacar para a sociedade gaúcha os esforços dos trabalhadores para manter o andamento dos processos mesmo na conjuntura conturbada, a entidade promoveu a campanha "A Justiça Não Para", na qual retratou em seus meios de divulgação a realidade de servidores e servidoras de várias comarcas durante a quarentena. Nas reuniões com a Administração do Judiciário, a direção do Sindjus levou as demandas e preocupações da

Home office e ensino domiciliar

Para quem tem filhos, além da reorganização do sistema de trabalho, adaptado à estrutura doméstica, outra tarefa complexa foi acrescentada à rotina: o acompanhamento das aulas online. Familiares assumiram a desafiadora missão de serem professores assistentes para auxiliar os filhos no acesso às aulas e ferramentas pedagógicas e no aprendizado. Um fator que se soma às dificuldades naturais da substituição do ensino presencial pelo virtual é a falta de estrutura de equipamentos e rede de internet, realidade enfrentada por muitas famílias.

mulheres brasileiras passou a cuidar de alguém durante a pandemia da Covid-19. O percentual entre mulheres nas zonas rurais é ainda mais elevado, atingindo 62% das entrevistadas. Entre aquelas que já cuidavam de outras pessoas antes do período, 51% das mulheres que contavam com algum auxílio no cuidado destacaram que o apoio diminuiu na pandemia, aumentando a sobrecarga.



Conforme aponta Lobato, neste período, ficou ainda mais evidente a sobrecarga de trabalho a que as mulheres estão submetidas, pelo acúmulo de tarefas domésticas e o protagonismo no cuidado com a família, além da conciliação com as atividades profissionais.

Nesse panorama, a divisão sexual do trabalho é um tema a ser discutido e enfrentado, especialmente em função da sobreposição de papéis a que as mulheres acabam sujeitas na atual conjuntura. Conforme esclarece a médica do Trabalho do Sindjus/RS, Jane Reos, esta situação de sobrecarga é agravada pelo isolamento na pandemia, "em que essa

centralidade do trabalho vivo é perdida, e não existe mais espaço de sociabilidade e relacionamento". Esses fatores levam ao sofrimento psíquico e, muitas vezes, ao adoecimento. No período da pandemia, destaca a médica, houve aumento expressivo na incidência de transtornos de ansiedade, depressão e síndrome de burnout.

De acordo com o estudo "Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia", da Gênero e Número e da Sempreviva Organização Feminista (SOF), metade das

Democracia sindical em tempos de pandemia

Com a necessidade do distanciamento social para conter a propagação do coronavírus, o Sindjus/RS precisou adaptar totalmente o trabalho sindical. Além de fechar a sede administrativa, com atendimento por telefone e email, a direção buscou redefinir os mecanismos de interação e consulta à categoria. Através das plataformas digitais de reunião, a direção sindical passou a promover encontros regionais e rodas de conversa com representantes de comarcas.

Administração do TJRS também passaram a acontecer em ambiente virtual. Após a conclusão do anteprojeto de plano de carreira pela Comissão do TJRS, o Sindjus realizou por meio da plataforma Zoom uma assembleia geral virtual com a participação de mais de 1.200 servidores e servidoras de todo o RS, na qual a proposta foi aprovada com 93% dos votos.

pertinentes ao serviço público e à compreensão da conjuntura. "A pandemia alterou a rotina de todos, então tivemos que nos adequar rapidamente a este momento a fim de manter o diálogo permanente com a categoria e seguir a ampliação da democracia sindical mesmo nessa conjuntura desfavorável", esclarece o diretor de Comunicação da entidade, Emanuel Dall'Bello.

Os encontros ocorrem nas ferramentas Google Meet e Zoom. As reuniões com a

O canal do Sindjus/RS no Youtube (Sindjus InFormação) foi estruturado com programação diversificada, boletins informativos da direção e debates de formação política em lives semanais com convidados para tratar temas

LEIA+SOBRE
Democracia Sindical Pg. 9

REFORMA ADMINISTRATIVA É A DESTRUIÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS!

Considerada pelos sindicatos como o ataque mais violento já desferido contra o funcionalismo público do país, a PEC da Reforma Administrativa (PEC 32/2020), apresentada pela equipe econômica do governo federal em setembro, traz uma série de medidas que desconstituem as carreiras públicas e conquistas históricas dos servidores.

Mais uma vez, ao utilizar o termo “reforma”, os governos tentam passar para a população a impressão de que estão fazendo

melhorias. Na prática, é mais uma forma de atender os interesses do mercado e reduzir drasticamente os serviços públicos. Assim como ocorreu recentemente com a reforma trabalhista, que com o argumento de modernizar precarizou as relações de trabalho e causou um grande aumento das taxas de desemprego.

Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, o deputado federal Professor Israel Batista (PV-DF), destaca que a primeira vitória da mobilização contra a PEC foi conseguir adiar sua votação

para 2021. “Agora nós estamos reunindo forças para alterar alguns pontos do texto que a gente considera inaceitáveis”, salienta.

O adiamento vai permitir que as federações, associações e sindicatos reforcem a articulação contra o projeto. “Nós estamos trabalhando para evitar a votação da reforma administrativa, mas se não for possível, nós queremos aperfeiçoar o texto para que ele não abale as estruturas do serviço público brasileiro, afetando o atendimento à população”, pontua o parlamentar.



Bolsonaro, Maia e Guedes: articulados em desfavor do país - Folha/UOL

Tramitação

Conforme o sócio-diretor da Queiroz Assessoria, Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho do DIAP, a expectativa é que a tramitação da PEC seja bastante tumultuada e com a disputa de diversos pontos.

Com a experiência de quem acompanha o ambiente político do Congresso Nacional há mais de três décadas, Toninho acredita que após o recesso parlamentar, na segunda quinzena de fevereiro, a PEC comece a tramitar na Comissão de Constituição e Justiça, e que na segunda quinzena de março já seja constituída a Comissão Especial.

Segundo Toninho, na Comissão Especial o texto será analisado em 40 sessões (o que representa aproximadamente 60 dias), e é na tramitação da PEC na Comissão Especial a oportunidade das federações e sindicatos interferirem no conteúdo, formulando emendas e obtendo apoio dos parlamentares.

Articulação conjunta

Pela gravidade do teor da proposta e com o entendimento de que a matéria precisa ser enfrentada de maneira unificada pelos trabalhadores de todas as categorias do funcionalismo, o Sindjus/RS tem atuado com entidades sindicais estaduais por meio da Frente dos Servidores Públicos do RS (FSP) e na articulação nacional com a Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados (Fenajud). Com a entidade, o Sindjus também integra a ação conjunta, chamada de “Movimento A Serviço do Brasil”.

A coordenadora de Comunicação da Fenajud, Adriana Pondé, explica como tem se dado o trabalho conjunto com as demais categorias. “Nós decidimos, em parceria com 29

entidades, agir e realizar uma campanha nacional em defesa do serviço público. O material tem sido divulgado em nossas redes sociais e dos sindicatos filiados, com o intuito de mostrar à sociedade a importância da categoria e da prestação de serviço que poderá ser prejudicada substancialmente. Além disso, pretendemos mobilizar o país sobre a importância de mais investimentos no setor, que vem sendo sucateado a cada ano. Essa é uma oportunidade ímpar de mostrar que somos sim essenciais”, pontua.



Manifestação da FSP contra a reforma administrativa em frente ao HPS em PoA



ALERTA

Entenda os principais prejuízos da REFORMA ADMINISTRATIVA!

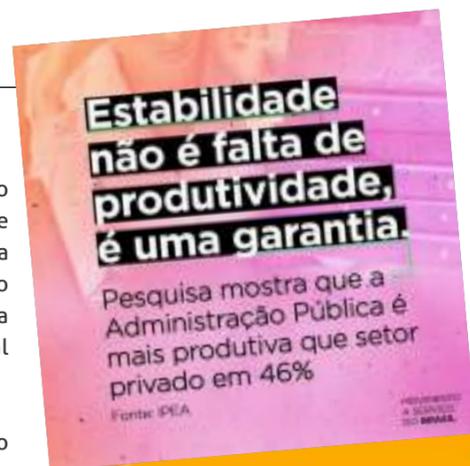
FIM DA ESTABILIDADE

A estabilidade do servidor público é a maior garantia para a sociedade que os servidores poderão exercer suas funções de forma impessoal, técnica, sem medo de represálias ou influências político-partidárias. Toninho do DIAP ressalta que no texto da PEC a estabilidade dependerá de avaliação de desempenho, e também pode haver o afastamento do servidor por decisão judicial, que não seja por trânsito em julgado. Ou seja, qualquer órgão colegiado do Judiciário pode tomar essa decisão.

É a estabilidade que garante que os serviços públicos sejam prestados atenden-

do aos interesses da população, e não desconstituídos a cada troca ideológica de governo. “Minimizar a importância da estabilidade é não compreender o patrimonialismo que assola a política brasileira”, aponta o deputado federal Professor Israel.

Além disso, conforme adverte o coordenador-geral do Sindjus, Fabiano Zalazar, a medida favorece o uso político das estruturas de Estado com finalidades escusas e práticas de corrupção como funcionários-fantasma e as “rachadinhas”.



FIM DA PROGRESSÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

Outro ataque da PEC 32/2020 é o fim da progressão e da promoção por tempo de serviço. Isso vai gerar estagnação na carreira e desestímulo à permanência no serviço público: “Não bastará contar tempo de serviço, será preciso ter avaliação de desempenho, em alguns casos titulação, e significa dizer que o direito à progressão não será mais automático”, adverte Toninho.

EXTINÇÃO DE CARGOS E ÓRGÃOS

A PEC 32/2020 também abre espaço para que o governo tenha o poder de extinguir cargos e órgãos por mero decreto: “Isso é inaceitável. Nós entendemos que a avaliação dos servidores tem que ser uma avaliação isenta que não permita perseguições políticas, que seja extremamente objetiva e que não aceite subjetividades”, afirma o presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Serviços Públicos.

Da mesma forma, Toninho do Diap também alerta sobre o prejuízo para aposentados e pensionistas: “a referência para paridade são servidores ativos, se a carreira é extinta não tem parâmetro para fixar a atualização remuneratória”.

SERVIÇOS ESSENCIAIS

Outro alerta é o artigo da PEC 32/2020, que retira a exclusividade do Estado como prestador de serviços essenciais, e isso inclui também saúde e educação. Na prática, significa que a União e os estados poderão terceirizar a administração desses serviços para empresas privadas. No entanto, o interesse público da prestação dessas atividades é incompatível com os objetivos e lucratividade do mercado.



UBS Vila Oliva / Divulgação ClicRBS

FIM DA RESERVA DE CARGOS DE LIVRE PROVIMENTO

Atualmente os servidores de carreira ocupam todas as funções comissionadas (conhecidas como Fgs), e boa parte dos cargos de livre provimento. No caso do Judiciário, por exemplo, praticamente todos esses cargos são ocupados por servidores de carreira. “Do modo como está sendo proposto isso vai ser aberto ao setor privado, retirando do servidor essa garantia de reserva dos cargos”, alerta Toninho do Diap.

A REFORMA ADMINISTRATIVA NÃO RESOLVE NENHUM DOS PROBLEMAS REAIS DO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO MAS CRIA OU FARÁ PIORAR VÁRIOS OUTROS



O governo gaúcho protocolou, em 6 de dezembro de 2020, a PEC 289/2020 tratando de finanças públicas, duodécimo e teto dos gastos. Trata-se de mais uma iniciativa que opera a desconstrução daquilo que é público sob a justificativa de austeridade. Na prática, pleiteia-se uma reserva orçamentária dos recursos arrecadados da sociedade para setores hegemônicos da sociedade brasileira: desonerações fiscais a grandes corporações, juros e amortização da dívida para o setor financeiro. Em termos de formulação política, não há novidades na PEC 289/2020, reproduz a já superada discussão do duodécimo na ADI 2238-5 e a obsoleta capacidade de solucionar as questões da sociedade sedimentada na EC 95/2016 com o teto dos gastos.

Quanto ao duodécimo, o governo ressuscita a fracassada tese da "hierarquia subserviente": uma autorização para o Poder Executivo intervir acima dos atos próprios dos demais poderes, surgida na discussão da ADI 2238-5. O texto precário busca aparências de legalidade, ao vincular essa prévia autorização de poder ao Executivo a uma decisão do STF. Deixa, assim, as digitais de intromissão na função do Poder Judiciário ao estabelecer qual tribunal e decisões serão aplicáveis no caso de conflito.

“ Não fossem tempos onde a exceção passou a ser regra, juntamente com o desejo de passar a boiada, a PEC 289/2020 seria barrada nos bancos acadêmicos de introdução ao direito constitucional, ocupados por alunos não aplicados. ”

Contudo, o aplicado líder do governo deverá reavivar o *déjà vu* do rito sumário, pedir preferência derrubando qualquer emenda, nesse curioso regimento do Parlamento gaúcho que não sabemos exatamente se observa o (in)devido processo legislativo.

Sobre o teto dos gastos, o governo reserva o incremento do orçamento futuro para os setores mais poderosos da sociedade. Ao colocar uma trava de IPCA por 10 (dez) anos para crescimento para as despesas correntes primárias (despesa com pessoal, materiais, serviços, insumos) indica para quem está governando. Fosse na década passada a diferença da Receita Corrente Líquida (que cresceu 87,66% no período) contra o IPCA (que cresceu 74,54%) teria parado no bolso do setor financeiro, sem o crivo do parlamento, através de juros e amortização, para saldar uma dívida tecnicamente já quitada. É verdade que as despesas correntes primárias na última década cresceram abaixo do IPCA (cerca de 31%), representando uma espécie de canto das sereias para quem confunde limite de crescimento com autorização para crescer à IPCA.

Contudo, sempre haverá Ulisses apontando que o projeto é uma junção de limites de gasto da LC 173/2020 e a EC 95/2020, o malfadado

teto dos gastos. Curioso que o moribundo Teto dos Gastos é natimorto com atestado da própria Secretaria do Tesouro Nacional, visto que durante a campanha pela sua aprovação (na então PEC 55/2016), premiava um artigo científico que comprovava antecipadamente o respectivo fracasso que hoje se anuncia. Premiado por descuido ou cinismo, o artigo (em grosseira síntese) dizia que não haveria retornos para a sociedade a retirada do gasto estatal. Numa linguagem técnica: o multiplicador fiscal pretendido não se confirmava, era mais um conto de fadas neoliberal.

Finalmente, o que se pode esperar são dois movimentos caso a PEC 289/2020 seja aprovada: a pauperização de servidores conjunta à precarização dos serviços públicos, e o palco armado para o eventual pré-vestibular à Presidência da República do atual governador. Quanto ao primeiro aspecto, significa aniquilar carreiras, serviços de saúde, durante uma epidemia mundial, matar gente no orçamento.

Já o segundo, sem a devida reflexão, o Parlamento poderá se tornar só mais uma claque a aplaudir o que tem eleito os presidentes desse país: tudo para o setor financeiro, nada para a população. Enquanto for essa a agenda hegemônica, como diria Emicida: "tudo que nóiz tem, é nóiz"! As entidades representativas são quebra-molas fundamentais nessa estrada de desconstrução do Estado e fazem a diferença.

Filipe Leiria
Auditor do TCE
Dir. do CEAPE Sindicato



As greves na UTI: a vacina é a resistência

O ano de 2020, além da grave crise sanitária provocada pela Covid-19, foi marcado também por uma série de ataques aos direitos dos trabalhadores públicos e da iniciativa privada. Foram flexibilizados direitos trabalhistas há décadas assegurados por lei com a justificativa de adequação à realidade da pandemia; além disso, os governos defendem uma série de reformas estruturais sustentadas no discurso da austeridade fiscal e combate à crise econômica global. Os direitos da classe trabalhadora estiveram em constante ameaça e muitos deles foram retirados por projetos apresentados pelos governos estaduais, federal e pelo congresso nacional.

Uma das principais formas de defesa dos trabalhadores, garantido constitucionalmente, o direito à greve tem sido ameaçado cada vez mais por decisões judiciais e por projetos de lei que tem por objetivo enfraquecer o movimento sindical. Levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE) aponta que o país registrou no primeiro semestre deste ano o menor número de greves desde 2011: ao todo, foram realizadas de janeiro a junho 355 paralisações, contra 577 em igual período de 2019, o que representa uma queda de 39%. Destas, 160 foram feitas por servidores públicos e 194 por trabalhadores de empresas privadas.

Outro dado de extrema relevância é o conjunto de reivindicações dos referidos movimentos. Do total do primeiro semestre, 90% incluíam majoritariamente itens de



Greve dos correios foi um dos maiores movimentos de 2020

caráter defensivo, o que demonstra que a quase totalidade das greves foram para manutenção de direitos. Entre as principais reivindicações (37%) está o pagamento de valores em atraso, como vencimentos, 13º salário e férias. De acordo com o relatório, a suspensão do trabalho presencial nas inúmeras atividades em decorrência da pandemia impactou diretamente na forma de organização e na força dos movimentos paredistas.

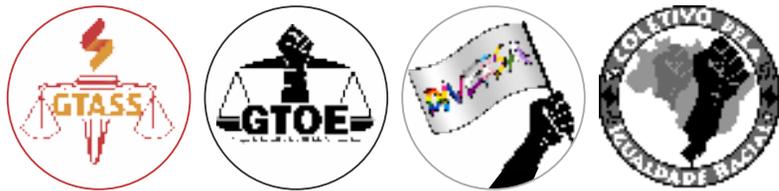
Outro fator negativo para os trabalhadores é o entendimento recente do STF sobre a necessidade de compensação das horas de greve no retorno ao trabalho, como explica o advogado Luiz Gustavo Capitani, assessor jurídico do Sindjus. "O direito de greve é instrumento tradicional de luta da classe trabalhadora; sua concretização para os servidores se deu a muito custo, e a aplicação somente passou a ser efetivada através de mandados de injunção acolhidos pelo STF. Entretanto, a partir do julgamento do Recurso Extraordinário n. 693.456, com acórdão

publicado em 2017, esse direito teve sua eficácia comprometida. O julgamento, com efeitos vinculantes, define que 'deve' ocorrer o desconto dos dias parados, ressaltando apenas os casos de ilícitos praticados pela administração ou acordo de compensação." A partir dessa orientação, avalia o advogado, "fragiliza-se o direito de mobilização e de luta coletiva, especialmente contra medidas legislativas de supressão de direitos como a atual Lei Mansueto e Reforma Administrativa".

Além das dificuldades já expostas, a dirigente do Sindjus, Janete Fabíola Togni, cita os processos de individualização das relações de trabalho acentuados pela inserção de tecnologias disruptivas no contexto do sistema capitalista hegemônico e a despolitização da classe trabalhadora como graves perigos à continuidade dos movimentos. De acordo com a diretora, "o afastamento de muitas pessoas das lutas sindicais e da compreensão de que tudo o que nos cerca é permeado pela política e, portanto, devemos enfrentar esses ataques constantes com união e coerência, é algo que preocupa. Cada vez mais, os indivíduos estão se isolando em bolhas e se desconectando da teia social, e as consequências disso serão desastrosas já no curto prazo." Conclui, alertando os servidores sobre a importância de acompanharem o trabalho sindical por meio dos inúmeros meios de comunicação próprios, a fim de estar sempre atentos aos temas políticos que atravessam as pautas de interesse da categoria e da sociedade, e de permanecerem intensamente engajados na militância presencial e digital.

ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS:

Coletivos e Grupos Temáticos oportunizam construção pela base



Na elaboração das linhas de trabalho da gestão, a atual diretoria do Sindjus definiu como prioritária a retomada, abertura e ampliação de espaços democráticos e plurais para fomentar entre a categoria o debate, o engajamento social e a produção e troca de conhecimento. Nessa medida, diversos grupos e coletivos têm sido lançados e construídos com protagonismo e autonomia de atuação para servidores, mas com apoio e suporte da direção sindical.

Entre as frentes criadas nesse sentido, estão os Grupos de Trabalho para tratar de temas e demandas específicas de cada cargo da estrutura funcional do Judiciário, como o GTASS (formado por assistentes sociais) e o GTOE (de oficiais escreventes). O ex-dirigente do Sindjus e oficial escrevente da comarca de Guaíba, Luiz Mendes, integra o GTOE e resume a importância da construção destes mecanismos no âmbito do Sindjus. "Na conjuntura atual, onde não podemos desenvolver atividades de rua e de pressão mais efetiva sobre o TJRS e sobre os atuais governos fascistas e anti-servidores públicos, a criação dos GTs para aprimorar e fortalecer as lutas, surgem como uma ação efetiva no fortalecimento dessas reivindicações específicas ou coletivas. Os GTs consolidam a democracia dentro do sindicato e junto à categoria, principalmente para os diversos cargos, como é o caso dos Oficiais Escreventes", aponta.

Segundo o assistente social João Paulo Borges da Silveira, o GTASS surgiu como uma resposta aos desafios enfrentados pelos profissionais durante a pandemia. "Avaliamos que com a pandemia era necessário pensar coletivamente no nosso trabalho técnico, nos ajustes necessários, voltados à proteção de nossa saúde mas também da saúde dos usuários do Sistema de Justiça", pontua. A ideia do GTASS, esclarece o servidor, é "ser um espaço de representação coletiva e democrática desses profissionais, e para discutir e ser propositivo junto ao Judiciário em questões que dizem respeito ao trabalho técnico de Assistentes Sociais". Um dos objetivos da atuação do grupo é "conquistar um espaço permanente de diálogo e interlocução com a instituição judiciária", define. Recentemente, o GT lançou um ebook com estudo técnico e protocolos do serviço social na pandemia (disponível para download no site do Sindjus/RS).



GTASS realiza live para lançamento do e-book de protocolos do Serviço Social Judiciário na pandemia

De iniciativa dos trabalhadores e trabalhadoras de diversas localidades do estado, os coletivos temáticos se constituem como oportunidades de integração, acolhimento e discussão de temas centrais da atualidade e que atravessam a vida pessoal e profissional. Após anos sem atividade, o Coletivo pela Igualdade Racial do Sindjus (CIRS) foi resgatado neste ano, e a intenção de seus integrantes é amplificar as pautas e demandas para toda a categoria e fortalecer a luta antirracista por meio da interação com outros movimentos da sociedade civil.

Conforme destaca Luiz Mendes, a questão racial é um debate que, apesar de fundamental, "ainda não é assimilado pelos trabalhadores do Judiciário gaúcho". O grupo prepara uma série de ações e atividades para o ano de 2021, a fim de ampliar o debate com a categoria e conscientizar servidores e servidoras sobre a importância de enfrentar o racismo estrutural e a desigualdade no serviço público, principalmente dentro da Justiça, que no RS ainda conta com participação ínfima de pessoas autodeclaradas pretas no seu quadro funcional (cerca de 4%, conforme levantamento mais recente).



Reunião de retomada do CIRS contou com a presença da vereadora negra eleita de Porto Alegre, Daiana Santos (PCdoB)

João Paulo é também integrante do DIVERSA, o primeiro coletivo LGBTQIA+ do Sindjus, proposto e implantado por servidores para "discutir, orientar e informar sobre a política de diversidade e dos direitos dos quais hoje a população LGBTQIA+ também é titular". Inicialmente, o grupo foi formado com cinco servidores; hoje o coletivo já possui 16 integrantes. A primeira conquista desse trabalho, explica João Paulo, foi a atualização da ficha de filiação do Sindjus, na qual foi incluída a possibilidade de referência ao nome social em acordo com a lei, além da substituição da alternativa "sexo" por "identidade de gênero". "São pequenas mas relevantes conquistas diárias", conclui.

Há o entendimento por parte da atual direção do Sindjus de que o futuro da atuação sindical está diretamente ligado à capacidade das entidades de desenvolverem a construção da luta de maneira horizontal, pela base e com a base, com pluralidade de visões e troca de saberes. "A experiência de democracia participativa tem muito a nos ensinar. Mais do que a escolha de representantes, estar conectado e em permanente mobilização é dever de todos e todas que desejam mudar a realidade. Isso se traduz também na esfera sindical, e é dessa forma que estamos trilhando nossa trajetória na condução do Sindjus", sustenta o diretor de política e formação sindical, Marco Velleda. Há outros temas considerados essenciais para serem abordados e a intenção do Sindjus é disseminar as iniciativas e facilitar as condições para que novos coletivos e grupos sejam desenvolvidos.

ENTRE EM CONTATO COM OS GTS E COLETIVOS

GTASS - gtass@sindjus.com.br

GTOE - gtoe@sindjus.com.br

DIVERSA - diversa@sindjus.com.br

CIRS - igualdaderacial@sindjus.com.br

Ações são coordenadas por grupos criminosos e são alvo de investigações no STF

Há pelo menos uma década o uso da Internet vem ganhando força como meio de informação para parte da população brasileira. A sociedade presenciou mobilizações revolucionárias gestadas nas redes sociais, como a Primavera Árabe ou as Jornadas de Junho, reforçando a crença do papel libertário da Internet na democratização da comunicação. No entanto, o último período não traz visões tão otimistas quanto ao papel das redes no fortalecimento da cidadania.

Ao mesmo tempo em que na pandemia da Covid-19 as plataformas e redes sociais

garantiram novas formas de relacionamento e proximidade entre as pessoas, também fortaleceram as fake news, com a disseminação em massa de informações falsas e com conteúdos que atendem interesses políticos, ameaçam a democracia e a saúde pública, com a difusão de informações falsas sobre o coronavírus.

O uso de dados para manipular informações, através da empresa Cambridge Analytica, já tinha sido utilizado a favor das eleições de Donald Trump, em 2016, e no Brexit, em 2018. No Brasil, essa manipulação também foi um dos

fortes elementos que contribuíram para a vitória de Jair Bolsonaro.

A máquina cibernética de propagação de falsas informações utilizada pela extrema-direita atua em dois eixos: o primeiro na produção de falsas informações, criando boatos e desacreditando veículos de comunicação, trabalho realizado por blogueiros e influenciadores digitais. E também na disseminação desses conteúdos em grupos criados nos aplicativos de mensagens instantâneas, como Whatsapp, ou em mídias sociais, como Facebook e YouTube.

Papel da Justiça

Assim como ocorreu nas Eleições de 2018, no pleito municipal de 2020, mais uma vez a máquina do Gabinete do Ódio entrou em ação. Em Porto Alegre, Manuela D'Ávila (PCdoB), que disputava o segundo turno das eleições com Sebastião Melo (MDB), foi mais uma vez alvo de fake news, com uma série de informações falsas.

Em meio ao caos das fake news, a campanha de Manuela D'Ávila obteve uma vitória na Justiça retirando do ar meio milhão de notícias falsas. No momento é impossível estimar o



Divulgação

prejuízo dessas redes de mentiras virtuais no resultado das eleições, porém, na avaliação da ex-deputada, é possível observar alguns avanços: "Eu acredito que a principal diferença entre 2018 e 2020 seja, em primeiro lugar, que uma parte expressiva da população já sabe da existência das notícias falsas. E a segunda é a velocidade com a qual o Judiciário passou a tomar decisões de retirada de conteúdo. Essas são as duas diferenças mais importantes", destaca.

Contudo, apesar dos avanços, Manuela aponta que ainda não foram desenvolvidas formas de frear a disseminação de notícias falsas, e tampouco reparar o dano causado por elas: "Como nós dizemos, embora a palavra não

exista na língua portuguesa, ninguém consegue 'desver' aquilo que viu".

Alvo frequente de fake news, em 2019 a ex-deputada fundou o Instituto 'E se fosse você?', que atua na conscientização sobre notícias falsas e combate ao discurso de ódio na internet. Ela avalia que para avançar neste tema

que ampliou consideravelmente o alcance da notícia falsa e ilustra na prática o problema mencionado por Manuela, sobre a dificuldade de mensurar ou reparar o dano causado pela disseminação de fake news.

Também vale destacar que alguns casos já chegaram às cortes superiores. Atualmente,

Precisamos ter estruturas mais adequadas para investigação e punição de quem cria e distribui as notícias fraudulentas, mas também acho que precisamos investir muito na construção de cidadania digital para enfrentarmos isso a partir do conhecimento das pessoas, dos princípios básicos do que caracteriza ou não uma notícia falsa, uma fake news.

Na avaliação do doutor em Psicologia Social e Comunicação, Pedrinho Guareschi, as proibições e legislações feitas até o momento ainda não produziram resultados: "Estou cada vez mais vendo que Paulo Freire estava correto ao insistir nas pessoas e na formação da consciência crítica. Quando uma pessoa toma consciência, ela está 'vacinada'", defende.

Ele acredita que a mudança qualitativa só será possível por meio de uma educação crítica, questionadora, que leve a população a pensar. "A comunicação é irmã gêmea da educação: ambas devem visar o crescimento em consciência das pessoas para que sejam sempre mais sujeito, autônomas e críticas", finaliza Guareschi.

Como citado por Manuela D'Ávila, a Justiça está mais célere na tomada de decisões. Após as eleições, Sebastião Melo foi condenado em 1º instância pela divulgação de uma pesquisa falsa e terá que pagar multa de R\$ 106 mil. A pesquisa que nunca existiu chegou a ser divulgada pela emissora de TV Bandeirantes, o



Nelson Jr./SCO/STF

além da investigação da origem dos ataques aos STF e seus ministros, tramita no Supremo um processo relacionado ao financiamento dos atos antidemocráticos, pedindo o fechamento do Congresso e intervenção no Judiciário. Há quatro ações em tramitação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) investigando o uso do WhatsApp para disparos em massa na campanha eleitoral de 2018 a favor de Bolsonaro, em um esquema que teria sido financiado por empresários, o que é vedado por lei.

Algoritmos e pós-verdade

Toda vez que o usuário acessa suas redes sociais o algoritmo está captando informações sobre o comportamento e preferências daquela pessoa. Ao efetuar curtidas, comentários ou até mesmo o recurso "deixar de seguir" ou "colocar em soneca" apresentados pelo Facebook, o usuário deixa seus rastros na Internet, sinalizando para o algoritmo os seus interesses.

Se por um lado isso é positivo, pois deixa de visualizar temas que não são do seu interesse, por outro lado cria bolhas de informações, que levam a uma leitura distorcida da realidade. Ou seja, ao curtir e interagir com postagens que alimentam teorias conspiratórias, por exemplo, o algoritmo vai identificar esse comportamento e mostrar cada vez mais esse tipo de conteúdo. Isso faz com que as pessoas se percebam em meio a uma grande mobilização sobre determinado tema, e as vozes dissonantes sejam isoladas, quando na verdade é o resultado produzido pelo algoritmo.

Na prática isso resulta em um fenômeno chamado de pós-verdade, em que a apuração, veracidade e objetividade da informação,

preceitos do Jornalismo, se tornam secundários na construção da opinião pública.

Este é um dos focos de pesquisa do professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFRGS Pedrinho Guareschi. Ele cita que, conforme o Oxford English Dictionary, responsável pela popularização do tema, o conceito é aplicado quando os "fatos objetivos têm menos influência na formação da opinião pública do que apelos à emoção e às crenças pessoais".

"O que sucede então é que essa opinião pública é formada através de apelos e não de fatos 'fatuais', objetivos, lógicos, constatáveis."

explica o doutor em Psicologia Social e Comunicação. Para Guareschi, a pós-verdade é uma espécie de clima, de atmosfera criada e utilizada para reforçar o que as pessoas gostariam de ouvir, ou então aquilo que acreditam.



Gerd Altmann/Pixabay

Neste sentido, Pedrinho Guareschi também faz uma análise crítica do papel da grande mídia. "O que vejo é que se buscam notícias, novidades sensacionalistas. Isso vem novamente reforçar o clima de emoção e crenças, que o clima de pós-verdade favorece", ressalta o professor da UFRGS.

Papel das operações e das gigantes da tecnologia

Em 2020 o fenômeno da disseminação de fake news e as consequências da pós-verdade demonstraram, mais uma vez, como essas práticas podem impactar a sociedade de forma nociva.

Na segunda quinzena de março, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a situação de pandemia da Covid-19, rapidamente os governos estabeleceram medidas de restrição de circulação e ações de informação para conter o vírus. No entanto, os órgãos sanitários e de saúde do Brasil não contavam que, em 24 de março, o presidente da República faria um pronunciamento em rede nacional culpando a imprensa, minimizando o poder do coronavírus e desconstituindo o trabalho de conscientização.

A partir de então, a milícia digital do chamado **Gabinete do Ódio** entrou em cena, disseminando orientações contra o distanciamento, associando o uso da máscara facial com uma focinheira ou como ineficiente, propagando supostos benefícios de medicamentos de alto risco e sem eficácia e, mais recentemente, promovendo uma forte campanha antivacina, com informações falsas e sensacionalistas.

O mecanismo se repete: conteúdo falso produzido por influenciadores de extrema-direita e distribuição nos grupos de WhatsApp e mídias sociais. É neste contexto que surge o questionamento do papel das gigantes da tecnologia e também das operadoras de telefonia.

No discurso, as empresas como Facebook (que também é dona do WhatsApp e Instagram), Google e Twitter apontam ações para restringir a circulação dessas informações. Mas, na prática, os resultados ainda são tímidos. Associada a isso vem a falta de acesso à educação tecnológica da população e o papel também das operadoras de telefonia.

Os pacotes de dados oferecidos pelas operadoras costumam ter um alto custo, no entanto oferecem acesso liberado aos aplicativos. O resultado é que o usuário de baixa renda acaba confinado ao aplicativo, sem conhecimento ou possibilidade de verificar por outros meios a veracidade das informações que recebe.

GABINETE DO ÓDIO

Após ataques virtuais aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), a mais alta corte do país deu início ao inquérito que investiga como atua o chamado Gabinete do Ódio. Trata-se de uma estrutura não oficial que de forma sistemática promove ataques com informações falsas, conteúdo de ódio e incentivo a ações de desestabilização da democracia.

Em maio de 2020, o inquérito que tem Alexandre de Moraes como relator, determinou mandados de busca e apreensão e quebra de sigilos fiscal e bancário de suspeitos de financiar o suposto sistema criminoso. Entre

os nomes estão blogueiros, empresários e parlamentares que integram a rede de sustentação de Jair Bolsonaro. Para o ministro, as investigações apontam para uma associação criminosa com atividade central em Brasília, mas que se espalha pelos estados.



Arquivo/Agência Brasil

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINDJUS

CNPJ: 92.516.558/0001-42

Balancete Analítico - verificação

01/01 a 31/03/2020

NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL
ATIVO					
CIRCULANTE	843.113,46	CSLL, PIS, COFINS A RECOLHER	1.187,63	VEICULOS	1.448,96
DISPONIVEL	830.417,82	PIS A RECOLHER	223,56	ENERGIA ELETRICA	3.516,86
CAIXA GERAL	5.969,47	OBRIGAÇÕES TRABALHISTA A PAGAR	30.106,78	DESPESAS DIVERSAS	1.942,86
CAIXA	5.969,47	PROVISAO DE FERIAS E ENCARGOS SOCIAIS	14.455,41	MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.305,44
BANCO CONTA CORRENTE	167.769,41	PROVISAO DE 13º SALARIO E ENCARGOS SOCIAIS	15.651,37	CORREIOS	4.350,21
BANRISUL SA	88,63	CONTAS A PAGAR	7.225,11	IMPOSTOS E TAXAS DIVERSOS	4.840,10
CAIXA E FEDERAL - CONVENIOS	167.680,78	RUDDER SEGURANÇA LTDA	211,46	JORNAIS E REVISTAS E TV A CABO	1.434,14
BANCO CONTA APLICACOES	445.651,02	BANCO WOLKSWAGEN SA	2.755,48	AJUDA DE CUSTO	24.366,18
BANRISUL SA	445.651,02	DEPTO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTOS - DMAE	92,23	PREMIOS DE SEGUROS	688,13
CONTA POUPANÇA	211.027,92	TELEFONICA BRASIL SA - VIVO	118,97	CONDUÇÃO	17,77
BANRISUL SA-FUNDO DE GREVE	508,80	NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO SA	239,98	ASSES DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO	13.450,07
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (9151)	202.998,35	EMBRATEL	99,08	ASSESSORIA JURIDICA	29.115,00
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (9778)	7.520,77	LIBERTY SEGUROS SA	365,57	ASSES CONTABIL,TRIBUTARIA E TRABALHISTA	9.387,00
OUTROS CREDITOS	12.695,64	ANIEL LIMPEZA & MULTISERVIÇOS LTDA ME	1.813,18	ASSES DE INFORMATICA E SISTEMAS	11.350,00
IMPOSTOS A RECUPERAR	12.495,64	JCM NITEROI REFRIGERAÇÃO LTDA	563,59	ASSES DE SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMON	655,00
OUTROS CREDITOS	200,00	TIM SA	965,57	CONSELHO FISCAL	203,20
PERMANENTE	293.943,63	PATRIMONIO LIQUIDO	922.250,34	CUSTAS JUDICIAIS E HON. PERICIAIS, ADVOC	5.484,84
INVESTIMENTOS	8.771,68	PATRIMONIO SOCIAL	382.690,43	MATERIAL DE LIMPEZA	4.350,33
PARTIC EM OUTRAS SOCIEDADES	8.771,68	SUPERAVIT ACUMULADOS	539.559,91	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ECONOMICO	10.500,00
ACOES CRT	8.771,68	SUPERAVIT NO TRIMESTRE	539.559,91	CARTORIO	127,86
IMOBILIZADO	285.171,95	TOTAL DO PASSIVO	1.137.057,09	FOTOCOPIAS/LOCAÇÃO	976,24
IMOBILIZACOES	817.745,28	DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NO II TRIMESTRE		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	63.554,94
BIBLIOTECA	4.581,04	RECEITAS OPERACIONAIS	805.883,21	DESPESAS FINANCEIRAS	6.187,93
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	160.785,20	RECEITAS OPERACIONARIAS	805.883,21	DESPESAS BANCARIAS	640,51
MOVEIS E UTENSILIOS	154.155,40	MENSALIDADES	805.883,21	ENCARGOS S/FORNECEDORES	85,92
VEICULOS	59.377,76	DESPESAS	297.737,30	I O F	65,64
SEDE	420.587,68	DESPESAS ORDINARIAS	209.073,97	CUSTO CANAL CONVENIOS TJRS	5.347,86
SISTEMAS	18.258,20	DESPESAS COM PESSOAL	64.110,29	ANUIDADE CARTAO BANRISUL	48,00
(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS	532.573,33	SALARIOS	31.998,89	DESPESAS DIVERSOS EVENTOS	57.367,01
(-) DEPREC BIBLIOTECA	12.406,92	FGTS	2.695,64	DIVERSOS EVENTOS(ATIVIDADES SINDICAIS)	42.671,01
(-) DEPREC ACUM DE EQUIP DE INF. E SISTEMAS	149.635,32	AUXILIO ALIMENTACAO	6.655,44	MATERIAL PROMOCIONAL	14.696,00
(-) DEPREC ACUM MOVIES E UTENSILIOS	141.394,15	ASSISTENCIA MEDICA	6.481,54	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	2.833,33
(-) DEPREC ACUM VEICULOS	20.782,21	VALE TRANSPORTES	4.653,20	RECEITAS FINANCEIRAS	2.833,33
(-) DEPREC ACUM SEDE	208.354,73	PREVIDENCIA SOCIAL	7.165,17	RENDIMENTOS S/APLICACOES FINANCEIRAS	298,83
TOTAL DO ATIVO	1.137.057,09	PIS	349,70	DESPESAS RECUPERADAS	532,37
PASSIVO		HORAS EXTRAS	1.102,35	BONIFICAÇÕES SOBRE CONVENIOS	1.412,69
CIRCULANTE	214.806,75	REPOUSO REMUNERADO	167,16	RENDIMENTOS S/CTA POUPANÇA	589,44
CONVENIOS CONSIGNADOS	170.259,10	AUXILIO CRECHE	1.411,02	DESPESAS EXTRAORDINARIAS	27.941,72
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	168.449,68	ADICIONAL DE FUNÇÃO	1.004,72	OUTRAS DESPESAS EXTRAORDINARIAS	27.941,72
UNIODONTO SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS	1.809,42	SVG-SEGURO DE VIDA EM GRUPO	425,46	CURSOS - EAD	3.769,19
OBRIGACOES SOCIAIS E FISCAIS	7.215,76	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	144.963,68	FORUM SOCIAL MUNDIAL	196,50
IRF A RECOLHER	228,43	SERVIÇOS DE TERCEIROS PF	1.576,00	FENAJUD	17.776,03
INSS A RECOLHER	4.566,74	SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	8.587,17	ENTIDADES DE CLASSE	6.200,00
FGTS A RECOLHER	1.009,40	TELEFONE/INTERNET	4.822,14	VENDA DE BENS DO PERMANENTE	31.414,00
		AGUA	468,18	IMOBILIZADO - VEICULOS	31.414,00
				SUPERAVIT NO PERIODO	539.559,91

Responsável:

FABIANO MARRANGHELLO ZALAZAR

CPF: 935.937.080-00

Responsável contábil:

JUARES AUGUSTO GONCALVES OLYMPIO

CPF: 199.815.620-68 CRC: RS-041388/O-4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINDJUS

CNPJ: 92.516.558/0001-42

Balancete Analítico - verificação

01/04 a 30/06/2020

NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL
ATIVO					
CIRCULANTE	1.116.906,48	IRF A RECOLHER	614,36	SERVIÇOS DE TERCEIROS PF	7.500,00
DISPONIVEL	1.101.900,61	INSS A RECOLHER	9.529,35	SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	6.651,81
CAIXA GERAL	5.722,90	FGTS A RECOLHER	2.013,25	TELEFONE/INTERNET	4.760,61
CAIXA	5.722,90	CSLL, PIS, COFINS A RECOLHER	1.218,56	AGUA	81,00
BANCO CONTA CORRENTE	167.904,83	PIS A RECOLHER	252,32	VEICULOS	2.024,53
BANRISUL SA	1,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTA A PAGAR	30.106,78	ENERGIA ELETRICA	785,60
CAIXA E FEDERAL - CONVENIOS	167.903,83	PROVISAO DE FERIAS E ENCARGOS SOCIAIS	14.455,41	DESPESAS DIVERSAS	862,48
BANCO CONTA APLICACOES	714.848,88	PROVISAO DE 13º SALARIO E ENCARGOS SOCIAIS	15.651,37	MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.837,99
BANRISUL SA	714.848,88	CONTAS A PAGAR	3.590,10	CORREIOS	758,79
CONTA POUPANÇA	213.424,00	RUDDER SEGURANÇA LTDA	211,46	JORNAIS E REVISTAS E TV A CABO	988,98
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (9151)	204.375,75	DEPTO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTOS - DMAE	27,00	AJUDA DE CUSTO	27.725,81
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (9778)	9.048,25	TELEFONICA BRASIL SA - VIVO	358,33	PREMIOS DE SEGUROS	1.064,84
OUTROS CREDITOS	15.005,87	NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO SA	239,98	ASSES DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO	23.571,80
IMPOSTOS A RECUPERAR	12.495,64	ANIEL LIMPEZA & MULTISERVIÇOS LTDA ME	1.813,18	ASSESSORIA JURIDICA	29.115,00
BLOQUEIO JUDICIAL	2.310,23	JCM NITEROI REFRIGERAÇÃO LTDA	563,59	ASSES CONTABIL,TRIBUTARIA E TRABALHISTA	9.405,00
OUTROS CREDITOS	200,00	TIM SA	376,56	ASSES DE INFORMATICA E SISTEMAS	13.275,00
PERMANENTE	352.448,54	PATRIMONIO LIQUIDO	1.251.448,33	ASSES DE SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMON	665,31
INVESTIMENTOS	8.771,68	PATRIMONIO SOCIAL	382.690,43	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ECONOMICO	10.500,00
PARTIC EM OUTRAS SOCIEDADES	8.771,68	SUPERAVIT ACUMULADOS	868.757,90	FOTOCOPIAS/LOCAÇÃO	1.206,00
ACOES CRT	8.771,68	SUPERAVIT NO I TRIMESTRE	539.559,91	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	20.513,17
IMOBILIZADO	343.676,86	SUPERAVIT NO II TRIMESTRE	329.197,99	DESPESAS FINANCEIRAS	5.659,04
IMOBILIZAÇÕES	876.250,19	TOTAL DO PASSIVO	1.469.355,02	DESPESAS BANCARIAS	495,00
BIBLIOTECA	4.708,64	DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NO II TRIMESTRE		ENCARGOS S/FORNECEDORES	26,00
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	214.169,51	RECEITAS OPERACIONAIS	591.384,10	I O F	173,64
MOVEIS E UTENSILIOS	158.238,40	RECEITAS ORDINARIAS	591.384,10	CUSTO CANAL CONVENIOS TJRS	4.932,40
VEICULOS	59.377,76	MENSALIDADES	591.384,10	ANUIDADE CARTAO BANRISUL	32,00
SEDE	421.497,68	DESPESAS	262.186,11	DESPESAS DIVERSOS EVENTOS	14.854,13
SISTEMAS	18.258,20	DESPESAS ORDINARIAS	219.240,94	DIVERSOS EVENTOS(ATIVIDADES SINDICAIS)	2.726,63
(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS	532.573,33	DESPESAS COM PESSOAL	76.460,39	MATERIAL PROMOCIONAL	12.127,50
(-) DEPREC BIBLIOTECA	12.406,92	SALARIOS	35.788,20	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	3.614,26
(-) DEPREC ACUM DE EQUIP DE INF. E SISTEMAS	149.635,32	FGTS	3.000,63	RECEITAS FINANCEIRAS	3.614,26
(-) DEPREC ACUM MOVIES E UTENSILIOS	141.394,15	AUXILIO ALIMENTACAO	6.655,44	RENDIMENTOS S/APLICACOES FINANCEIRAS	679,05
(-) DEPREC ACUM VEICULOS	20.782,21	ASSISTENCIA MEDICA	9.461,57	DESCONTOS OBTIDOS	27,43
(-) DEPREC ACUM SEDE	208.354,73	VALE TRANSPORTES	5.744,70	BONIFICAÇÕES SOBRE CONVENIOS	1.481,24
TOTAL DO ATIVO	1.469.355,02	PREVIDENCIA SOCIAL	10.583,08	RENDIMENTOS S/CTA POUPANÇA	1.426,54
PASSIVO		PIS	366,81	DESPESAS EXTRAORDINARIAS	26.046,26
CIRCULANTE	217.906,69	HORAS EXTRAS	750,00	OUTRAS DESPESAS EXTRAORDINARIAS	26.046,26
CONVENIOS CONSIGNADOS	170.581,97	REPOUSO REMUNERADO	144,23	DOACOES	1.224,00
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	168.753,22	AUXILIO CRECHE	1.411,02	CURSOS - EAD	3.770,84
UNIODONTO SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS	1.828,75	ADICIONAL DE FUNÇÃO	1.238,70	FENAJUD	17.351,42
OBRIGACOES SOCIAIS E FISCAIS	13.627,84	SVG-SEGURO DE VIDA EM GRUPO	1.316,01	ENTIDADES DE CLASSE	3.700,00
		DESPESAS ADMINISTRATIVAS	142.780,55	SUPERAVIT NO PERIODO	329.197,99

Responsável:

FABIANO MARRANGHELLO ZALAZAR

CPF: 935.937.080-00

Responsável contábil:

JUARES AUGUSTO GONCALVES OLYMPIO

CPF: 199.815.620-68 CRC: RS-041388/O-4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINDJUS

CNPJ: 92.516.558/0001-42

Balancete Analítico - verificação

01/07 a 30/09/2020

NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	
ATIVO						
CIRCULANTE	1.403.663,21	PIS A RECOLHER	307,69	AGUA	111,00	
DISPONIVEL	1.389.339,06	OBRIGAÇÕES TRABALHISTA A PAGAR	28.366,78	VEICULOS	720,00	
CAIXA GERAL	5.573,42	PROVISAO DE FERIAS E ENCARGOS SOCIAIS	14.455,41	ENERGIA ELETRICA	604,19	
CAIXA	5.573,42	PROVISAO DE 13º SALARIO E ENCARGOS SOCIAIS	13.911,37	DESPESAS DIVERSAS	1.295,82	
BANCO CONTA CORRENTE	156.332,03	CONTAS A PAGAR	10.300,03	MATERIAL DE EXPEDIENTE	3.082,82	
BANRISUL SA	79,09	INICIATIVA ORGANIZACOES CONTABEIS LTDA	3.135,00	CORREIOS	4.414,53	
CAIXA E FEDERAL - CONVENIOS	156.252,94	EBCT-EMPRESA BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS	300,00	IMPOSTOS E TAXAS DIVERSOS	250,00	
BANCO CONTA APLICACOES	1.011.555,07	DEPTO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTOS - DMAE	27,00	JORNAIS E REVISTAS E TV A CABO	1.043,71	
BANRISUL SA	1.011.555,07	TELEFONICA BRASIL SA - VIVO	320,11	AJUUDA DE CUSTO	30.343,29	
CONTA POUPANÇA	215.878,54	NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO SA	239,98	PREMIOS DE SEGUROS	266,52	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (9151)	205.263,80	CIA ESTADUAL DE ENERGIA ELETRICA - CEEE	209,02	CONDUCAO	79,15	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (9778)	10.614,74	AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL	2.890,69	ASSES DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO	22.608,11	
OUTROS CREDITOS	14.324,15	ANIEL LIMPEZA & MULTISERVIÇOS LTDA ME	1.813,18	ASSESSORIA JURIDICA	29.115,00	
IMPOSTOS A RECUPERAR	12.495,64	JCM NITEROI REFRIGERAÇÃO LTDA	563,59	ASSES CONTABIL,TRIBUTARIA E TRABALHISTA	12.540,00	
BLOQUEIO JUDICIAL	1.828,51	ICATU SEGUROS SA	801,46	ASSES DE INFORMATICA E SISTEMAS	13.275,00	
PERMANENTE	358.898,44	PATRIMONIO LIQUIDO	1.546.860,95	ASSES DE SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMON	665,31	
INVESTIMENTOS	8.771,68	PATRIMONIO SOCIAL	382.690,43	ASSESSORIA PARLAMENTAR	6.000,00	
PARTIC EM OUTRAS SOCIEDADES	8.771,68	SUPERAVIT ACUMULADOS	1.164.170,52	CUSTAS JUDICIAIS E HON. PERICIAIS, ADVOCATI	600,00	
ACOES CRT	8.771,68	SUPERAVIT NO I TRIMESTRE	539.559,91	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ECONOMICO	10.500,00	
IMOBILIZADO	350.126,76	SUPERAVIT NO II TRIMESTRE	329.197,99	FOTOCOPIAS/LOCAÇÃO	1.225,38	
IMOBILIZAÇÕES	882.700,09	SUPERAVIT NO III TRIMESTRE	295.412,62	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	23.810,25	
BIBLIOTECA	4.708,64	TOTAL DO PASSIVO	1.762.561,65	DESPESAS FINANCEIRAS	6.318,81	
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	214.169,51	DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NO III TRIMESTRE			DESPESAS BANCARIAS	485,80
MOVEIS E UTENSILIOS	158.238,40	RECEITAS OPERACIONAIS	596.461,98	I O F	154,95	
VEICULOS	59.377,76	RECEITAS ORDINARIAS	596.461,98	CUSTO CANAL CONVENIOS TJRS	5.638,06	
SEDE	427.947,58	MENSALIDADES	596.461,98	ANUIDADE CARTAO BANRISUL	40,00	
SISTEMAS	18.258,20	DESPESAS	301.049,36	DESPESAS TRIBUTARIAS	87,03	
(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS	532.573,33	DESPESAS ORDINARIAS	253.473,41	MULTAS E JUROS	87,03	
(-) DEPREC BIBLIOTECA	12.406,92	DESPESAS COM PESSOAL	96.364,59	DESPESAS DIVERSOS EVENTOS	17.404,41	
(-) DEPREC ACUM DE EQUIP DE INF. E SISTEMAS	149.635,32	SALARIOS	48.964,44	DIVERSOS EVENTOS(ATIVIDADES SINDICAIS)	1.292,91	
(-) DEPREC ACUM MOVIES E UTENSILIOS	141.394,15	FGTS	4.203,49	MATERIAL PROMOCIONAL	16.111,50	
(-) DEPREC ACUM VEICULOS	20.782,21	AUXILIO ALIMENTACAO	6.655,44	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	6.128,04	
(-) DEPREC ACUM SEDE	208.354,73	ASSISTENCIA MEDICA	12.284,97	RECEITAS FINANCEIRAS	3.128,04	
TOTAL DO ATIVO	1.762.561,65	VALE TRANSPORTES	5.745,00	RENDIMENTOS S/APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.042,15	
PASSIVO		PREVIDENCIA SOCIAL	13.132,44	DESCONTOS OBTIDOS	150,00	
CIRCULANTE	215.700,70	PIS	525,43	BONIFICAÇÕES SOBRE CONVENIOS	1.012,55	
CONVENIOS CONSIGNADOS	161.679,86	HORAS EXTRAS	432,04	RENDIMENTOS S/CTA POUPANÇA	923,34	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	159.739,79	REPOUSO REMUNERADO	83,08	DESPESAS EXTRAORDINARIAS	26.893,74	
UNIODONTO SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS	1.940,07	AUXILIO CRECHE	1.411,02	OUTRAS DESPESAS EXTRAORDINARIAS	26.893,74	
OBRIGACOES SOCIAIS E FISCAIS	15.354,03	ADICIONAL DE FUNÇÃO	1.324,32	DOACOES	224,50	
IRF A RECOLHER	899,43	SVG-SEGURO DE VIDA EM GRUPO	1.602,92	CURSOS - EAD	5.263,20	
INSS A RECOLHER	10.474,30	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	157.108,82	INDENIZAÇÃO JUDICIAL	2.314,24	
FGTS A RECOLHER	2.423,12	SERVIÇOS DE TERCEIROS PF	8.000,00	FENAJUD	17.751,80	
CSLL, PIS, COFINS A RECOLHER	1.249,49	SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	6.111,81	ENTIDADES DE CLASSE	1.340,00	
		TELEFONE/INTERNET	4.257,18	SUPERAVIT NO PERIODO	295.412,62	

Responsável:

FABIANO MARRANGHELLO ZALAZAR

CPF: 935.937.080-00

Responsável contábil:

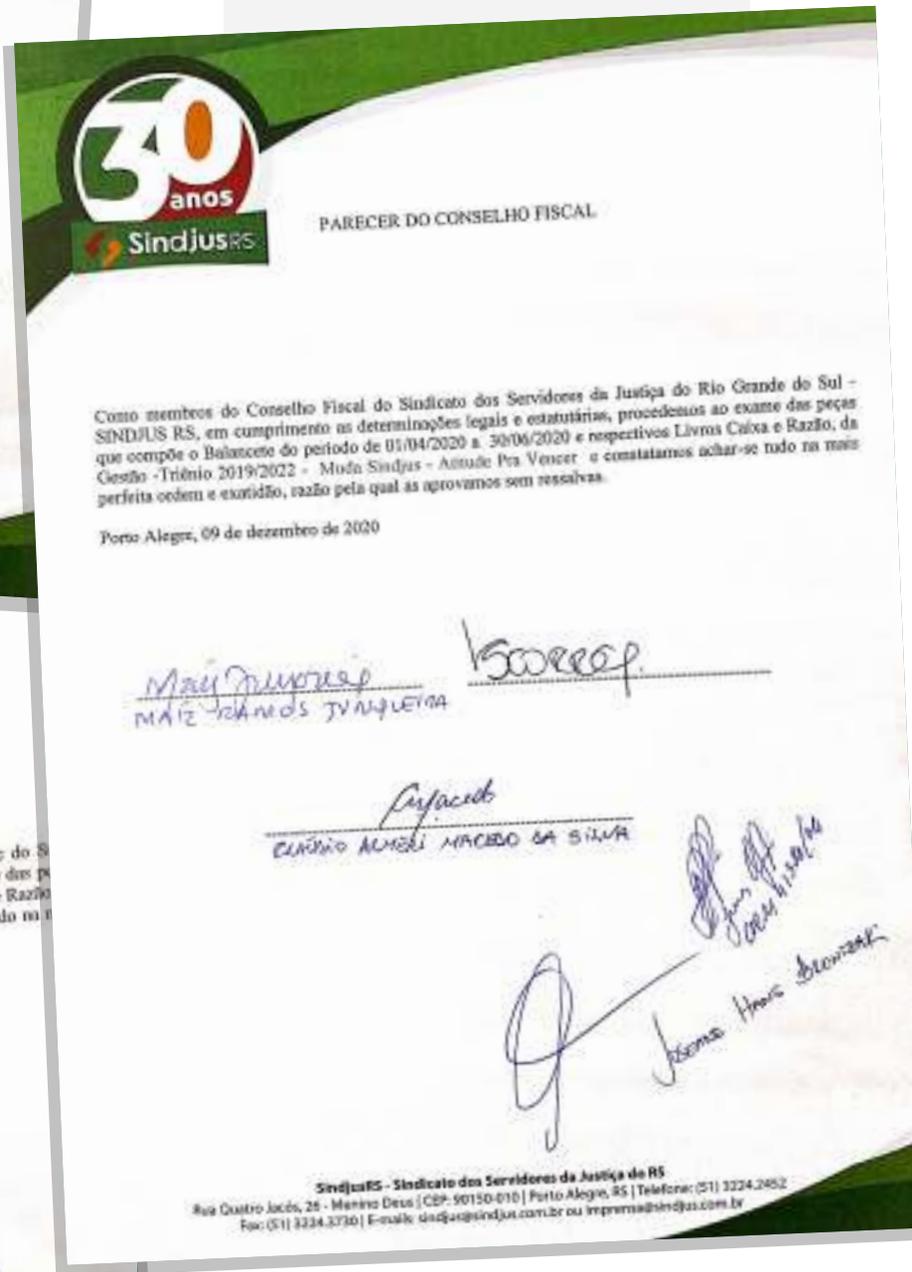
JUARES AUGUSTO GONCALVES OLYMPIO

CPF: 199.815.620-68 CRC: RS-041388/O-4



PARECER CONSELHO FISCAL BALANCETE 1º TRIMESTRE

PARECER CONSELHO FISCAL BALANCETE 2º TRIMESTRE



PARECER CONSELHO FISCAL BALANCETE 3º TRIMESTRE

LUTA ANTIRRACISTA

pauta mês de novembro no sindicato



Ao longo do mês da Consciência Negra, o Sindjus promoveu a campanha Novembro Antirracista em seus canais de comunicação para conscientizar a categoria sobre a importância de combater o racismo estrutural dentro e fora do Poder Judiciário. Por meio de conteúdos para redes sociais, matérias no site, publicação de artigos assinados por trabalhadores e trabalhadoras da Justiça, vídeos, lives e boletins, a direção buscou problematizar diversos aspectos sobre o tema e incentivar a luta antirracista entre os servidores e servidoras.

A proposta editorial do período envolveu abordagens sobre o feminismo negro, a intolerância religiosa e a importância de fomentar o antirracismo na educação. Para o dia da Consciência Negra (20 de novembro), foi produzido um vídeo com falas de servidores e servidoras, que expressaram a realidade de ser negro(a) dentro de uma categoria ainda predominantemente branca e em um estado notadamente racista e, ainda, sobre o enfrentamento ao racismo estrutural para mudar esse

quadro. O vídeo está disponível no canal do sindicato no Youtube, o Sindjus InFormação.

“No Poder Judiciário gaúcho, é gritante a disparidade em termos representativos, em relação à composição da sociedade. A Justiça é branca. Essa conjuntura desigual torna o debate ainda mais necessário e urgente”, destaca o diretor de Política e Formação Sindical, Marco Velleda. Conforme apurado junto ao TJRS, em 2019, apenas 4% dos servidores se autodeclarava como preto(a).

No próximo ano, o recém-retomado Coletivo pela Igualdade Racial (CIRS) também construirá a pauta de ações para a campanha do mês com o Departamento de Comunicação, como explica o diretor da pasta, Emanuel Dall’Bello. “Buscamos explorar a temática antirracista sob diversos aspectos e formas para provocar o debate e reforçar que a luta deve se dar de maneira permanente. Junto ao coletivo que foi retomado e com a experiência e acúmulo dos(as) colegas, queremos ampliar e qualificar ainda mais a construção dessa campanha para 2021”, pontua.



INFORME JURÍDICO

Saldo dos Juros da URV

Nossa assessoria jurídica informa que as execuções do saldo da URV, com andamento suspenso ao longo do ano de 2020, estão

gradualmente retomando sua tramitação através da virtualização dos processos físicos e vinculação ao E-Proc.

Aos associados que não ingressaram com o pedido de saldo de juros, e ainda possuem interesse, estamos à disposição para maiores esclarecimentos a respeito da possibilidade.



SÓ A LUTA MUDA A VIDA!

Um 2021 de muitas conquistas e realizações para todos e todas!

FILIE-SE!